

FUNDAÇÕES DITAS DE APOIO IGNORAM TAC DE 2007 E CONTINUAM NO CAMPUS

Guilherme Jeronymo, Juliana Sada e Tadeu Breda
Jornalistas

Daniel Garcia



O prédio à direita, na Faculdade de Odontologia da USP, em São Paulo, é inteiramente utilizado pela Fundecto, entidade privada

As entidades deveriam ter deixado de utilizar instalações da USP para suas atividades administrativas e se retirar do campus em abril de 2007. Tal exigência, no entanto, apenas fez com que as fundações disfarçassem ainda mais sua presença no campus e nas unidades.

*Entre os novos expedientes adotados, as fundações passaram a não identificar os locais por elas ocupados, como prédios e salas das unidades. Além disso, optaram por retirar de suas páginas na Internet os endereços que ocupam na USP. A reportagem da **Revista Adusp** constatou irregularidades na FEA, Poli e Odonto*

Em novembro de 2011 completa cinco anos de vigência o acordo entre o Ministério Público (MP) e as fundações privadas ditas “de apoio” que atuam na USP, segundo o qual as atividades não convenientes com a universidade deveriam ser realizadas fora do campus do Butantã. Embora motivado por uma representação da Adusp contra o exercício simultâneo de cargos, por docentes, na USP e nas fundações — estimulado nos estatutos destas entidades, e que gera situação de conflito de interesses — o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ignorou essa questão. As determinações do TAC foram consideradas brandas pela Adusp, até quando comparadas à proposta da Reitoria (*Revista Adusp* 40, 2007). Ainda as-

sim, só foram cumpridas em parte.

A reportagem constatou esse cenário em três unidades: a Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade (FEA), onde atuam a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e a Fundação Instituto de Administração (FIA); a Escola Politécnica, com a qual se relacionam a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), a Fundação Carlos Alberto Vanzolini e a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH); e a Faculdade de Odontologia (FO), onde está presente a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia (Fundecto).

A principal determinação do TAC, no “item 1”, de que as funda-

ções “de apoio” deixassem de utilizar instalações e espaços da USP para desenvolver suas atividades administrativas e se retirassem do campus dentro de seis meses (ou seja, até 6 de abril de 2007), “ressalvadas aquelas atividades vinculadas à execução dos convênios” eventualmente mantidos com a universidade, é amplamente desrespeitada. A exigência apenas fez com que essas entidades disfarçassem ainda mais sua presença no campus, deixando de identificar prédios e salas onde estão presentes, ou retirando de suas páginas na Internet os endereços que ocupam na USP. A situação das que possuem convênio não é simples, pois nem sempre é possível identificar quais são as atividades desenvolvidas nos espaços da universidade e quais os recursos utilizados. Talvez por isso a Reitoria

tenha proposto, à época, a completa retirada das fundações.

A Reitoria também desejava incluir no TAC uma cláusula que determinaria que lhe fossem entregues anualmente documentos relativos à movimentação financeira das fundações, tais como prestação de contas e balanços. Em sintonia com as expectativas e propostas das entidades privadas, porém, o promotor incluiu no “item 3” do TAC apenas o envio anual de um atestado de aprovação das contas, emitido pela própria Promotoria. Deste modo, nada obriga as fundações a fornecer à USP dados confiáveis sobre suas receitas. A *Revista Adusp* solicitou tais balanços à Reitoria, ao MP e às fundações, sem sucesso. Dados relativos às receitas obtidas com os cursos pagos por elas ministrados também deixaram de ser fornecidos.

A questão do controle das receitas não diz respeito à ingerência de terceiros sobre atividades privadas. Muito pelo contrário: o repasse de verbas previsto na resolução 5.456/08 da USP determina que as unidades de ensino — faculdades, escolas e institutos — que mantêm convênios com fundações devem receber entre 10% e 50% do numerário recebido pelos docentes envolvidos nas respectivas atividades remuneradas; e que devem repassar à Reitoria 5% desse mesmo numerário (deduzidos do montante recolhido). Exclusivamente no caso de cursos pagos, a Reitoria deve recolher apenas 2,5% do total arrecadado. Além disto, as unidades devem repassar à USP 2,5% do valor recebido para custeio das atividades de terceiros que onerem a Universi-

dade. Como se percebe, todas essas questões, de recursos aos quais a universidade e unidades fazem jus, só podem ser acompanhados com base no acesso aos dados fornecidos pelas fundações “de apoio”.

Não há sinalização externa, mas a Fipe apoderou-se do prédio “FEA 2”; a Fipecafi utiliza salas no prédio 3, ocupadas por seu núcleo de pesquisa “Logicon”; e a FIA usa uma sala para seu “Programa Profuturo”

Outra situação corriqueira e controversa, objeto do “item 6” do TAC, é a dos docentes que trabalham em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e prestam serviços às fundações. Em 1988, a regulação do RDIDP foi “flexibilizada” e passou a permitir que os docentes nesse regime dediquem até oito horas semanais a atividades outras, bastando autorização da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT). Ainda assim, é vetada a participação de docentes em RDIDP em cursos de graduação ou pós-graduação oferecidos por instituições particulares, mantenham ou não convênio com a USP.

Entretanto, a CERT credencia docentes em RDIDP para que lecionem em cursos de extensão, especialização e atualização. Graças a esta brecha, permite-se a docentes

neste regime lecionar em cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados de “extensão”, e coordená-los. O emprego do termo “extensão”, como algo diferente de ensino, também permite a estes cursos (e aos grupos e entidades que os organizam) burlarem a própria Constituição Federal, que em seu artigo 206 determina que o ensino será gratuito em estabelecimentos oficiais, teor ratificado pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 12/2008 (“A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no artigo 206, IV, da Constituição Federal”). A burla, porém, tem cobertura institucional, pois o Regimento da USP foi alterado com a finalidade de garantir a transferência de tais cursos da órbita da Pró-Reitoria de Pós-Graduação para a da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCEU).

A FEA conta com três departamentos — e a cada um deles corresponde uma fundação privada: Economia, Fipe, criada em 1973; Contabilidade, Fipecafi, criada em 1974; Administração, FIA, desde 1980. Esta última, contudo, alterou seu estatuto e há anos já não se declara mais oficialmente uma instituição de apoio à USP. As três entidades oferecem cursos de pós-graduação *lato-sensu* (MBA, especialização e extensão) e prestam serviços de consultoria e produção de pesquisas.

Atualmente, a principal fonte de receitas dessas fundações são os cursos de pós-graduação. Para oferecê-los, sem necessidade de convênio com a USP, as fundações inicialmente se encaixaram na figura

— criada sob medida para elas no final da gestão FHC, em 2001 — de “instituição especialmente credenciada” (IEC) para oferecer cursos *lato sensu*. O credenciamento “especial” decorre do fato de que não eram, até então, instituições de ensino (como veremos mais adiante, isso acabou mudando: **vide p. 51**). Desta maneira, passavam a oferecer seus cursos sem precisar de convênio com a USP; livraram-se da obrigação de fazer repasses financeiros à Universidade, mas continuavam a valer-se da “grife USP”, alardeando o vínculo funcional existente entre elas e os professores da renomada instituição pública.

Não existe mais “relação com as fundações, porque elas não estão mais sediadas aqui”, arrisca o diretor da FEA, professor Reinaldo Guerreiro. “A única que ainda tem vínculo é a Fipe, que continua no campus”. Realmente, a única que continua oficialmente no campus é a Fipe, que mantém três cursos em convênio com a FEA. A fundação ocupa o prédio “FEA 2”, mas não há nenhuma sinalização que indique sua presença.

Porém, apesar da afirmação do diretor de que as outras duas fundações não têm mais relacionamento com a faculdade, elas seguem ocupando espaço dentro da USP. A Fipecafi ocupa salas no prédio 3, utilizadas pelo núcleo de pesquisa “Logicon”, que apesar de ser “conveniado ao Departamento de Contabilidade e Atuária” é uma iniciativa da Fipecafi que oferece cursos de MBA e serviços de consultoria. No caso da FIA, ao menos uma sala é utilizada pelo “Progra-

ma Profuturo”, que promove cursos e presta consultoria. Apesar de não haver indicação de que estas instituições estejam presentes, os funcionários e frequentadores da FEA sabem informar onde estão. O professor Eleutério Prado, que está no Departamento de Economia desde 1977, define a situação: “Antes, as fundações eram uma pirâmide. Faziam questão de aparecer. Agora, são um *iceberg*, se escondem”.

***A Fipe oferece 3 “MBAs USP”
ao preço de 19 mil reais.
Tais MBAs deveriam estar
cadastrados na Pró-Reitoria
de Cultura e Extensão da USP,
mas não constam da lista de
cursos credenciados. A FEA
garante que o convênio está
firmado regularmente***

De acordo com Guerreiro, a FEA segue recebendo repasses das fundações. “A Fipe deu R\$ 350 mil, mais o *overhead* dos cursos de especialização — que é repassado para a Reitoria e FEA. Trata-se de um percentual, não sei o valor. A FIA repassou R\$ 250 mil. Já a Fipecafi deu ajuda apenas para o Departamento de Contabilidade, porque passaram por uma dificuldade danada”, afirma ele, sobre os dados de 2010.

A Fipe oferece três “MBAs USP”, que possuem duração de um ano, ao preço de R\$ 19.200 e con-

tando com 35 a 40 alunos por sala. Tais MBAs deveriam estar cadastrados na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, mas não constam da lista de cursos credenciados. A Comissão de Cultura e Extensão da FEA garante, no entanto, que o convênio está firmado regularmente junto à universidade.

O professor Prado crê que, no Departamento de Economia, os docentes envolvidos nos cursos das fundações seguem aptos a lecionar na graduação, mas não na pós-graduação, pois “deixam de estudar e investigar” e “ficam totalmente desatualizados, com consequências para o ensino que irão oferecer”. A defasagem generalizada deixa de ser detectada porque “existe um sistema de contratação de professores do exterior, em parte financiado pela Fipe”. De acordo com Prado, são jovens docentes que fizeram pós-graduação em outros países. Dos 36 professores da pós-graduação, 15 entraram após 2000 e todos pós-graduados no exterior.

O docente diz que não frequenta as reuniões departamentais há pelo menos quatro anos, pois cansou-se: “Sou a única pessoa no curso de Economia que passou a denunciar o que vinha acontecendo, que contestava. Todo mundo, sem exceção, era favorável”. O apoio à Fipe ultrapassou os limites da FEA e estabeleceu-se na Reitoria: o atual vice-reitor, professor Hélio Nogueira da Cruz, presidiu o conselho curador da fundação até 2009 e ainda integra o conselho editorial de uma de suas publicações. As duas outras fundações não possuem convênio, mas mantêm estreita relação com

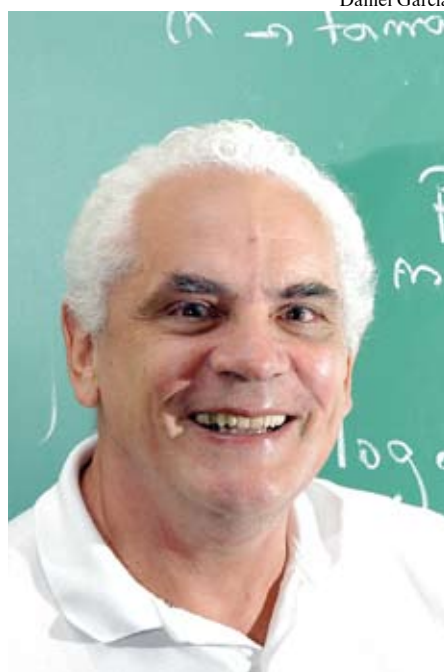
a FEA, sempre dirigida por alguém ligado às fundações, em sistema de rodízio. Guerreiro, o diretor da unidade, é membro nato e vitalício do conselho curador da Fipecafi, além de lecionar em MBA. Já o vice-diretor, professor Nicolau Reinhard, integra o conselho curador da FIA e coordena um dos MBAs. Ambos estão em regime de dedicação integral à USP.

A Fipecafi afirma em seu *site* que atua “em parceria com a FEA” e que o corpo docente, descrito como seu “patrimônio mais valioso”, é composto, em sua maioria, por professores da FEA. Além disto, a sua direção é composta por docentes do Departamento de Contabilidade e Atuária e praticamente todos que ocupam cargos departamentais têm ligações com a fundação.

O professor José Siqueira afirma existir um “acordo tácito” segundo o qual os docentes do Departamento de Administração devem prestar serviços à FIA.

Quem resistir é banido. “Não existe mais o Departamento, existe a FIA mandando”

Por sua vez, a FIA parece querer um distanciamento da USP. Apesar de não se declarar mais entidade “de apoio”, afirma, em seu *site*, que mantém com a FEA “um convênio de cooperação há



Professor Eleutério Prado

30 anos”. Atualmente, parte de seu corpo diretivo não é da FEA, mas a fundação continua influente na unidade e no departamento. O professor José Siqueira, que já lecionou na faculdade e na fundação, sustenta que esta última domina a unidade: “Não existe mais o Departamento de Administração, existe a FIA mandando”.

Siqueira afirma existir um “acordo tácito” que estabelece que os docentes do Departamento de Administração devem prestar serviços à FIA. Segundo o professor, todos aqueles que foram contrários a este arranjo teriam sido banidos. Hoje no Instituto de Psicologia, Siqueira foi professor da FEA até 2010. Relata que muitos de seus antigos pares estão insatisfeitos com seus salários, mas não querem deixar a USP: “A FIA ajuda a resolver esse dilema. Você continua como professor, com *status* intelectual, mas tira uma renda absurdamente maior,

R\$ 50 mil por mês, consegue sextuplicar sua renda”.

Das três fundações, a única que publica balanços é a Fipecafi. O relatório de 2010 afirma que sua receita bruta nesse exercício foi de R\$ 21,9 milhões. A única menção à FEA é no “Fundo de Internacionalização do Departamento de Contabilidade e Atuária”, que recebeu da fundação um repasse de R\$ 535 mil. O relatório parcial de 2011 mostra que, no primeiro semestre, a receita bruta foi de R\$ 9,84 milhões, advinda principalmente de cursos e consultorias. No mesmo período, o repasse ao departamento foi de R\$ 448 mil e à “FEA e USP/Reitoria” de R\$ 21 mil.

Quanto à FIA, Siqueira estima que sua receita anual varia de R\$ 60 milhões a R\$ 80 milhões, com repasse ao Departamento de Administração que ele calcula situar-se entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão por ano. Nem a faculdade nem a fundação comentaram tais estimativas, tampouco publicam as cifras orçamentárias. A dificuldade de se acessar esses dados foi sentida por Siqueira quando trabalhava na FIA: “Uma vez fui pedir uma prestação de contas e fui ameaçado de processo pelo presidente. Eu era coordenador de projeto, professor e colega e mesmo assim não consegui”.

Tanto Siqueira quanto Eleutério Prado acreditam que as fundações se desviaram de seu objetivo inicial de apoiar a atividade acadêmica e se transformaram em empresas. Na Fipe, isto teria acontecido em meados dos anos 1980, quando ela “mudou sua maneira de enxergar a

Daniel Garcia



Professor Rodney Garcia

universidade e se tornou uma instituição que se rege pelas regras de mercado”, analisa Prado. Ele avalia que a Fipe “se abriu à iniciativa privada e começou a servir ao objetivo de fazer dinheiro”.

A proximidade entre público e privado é tão grande na Faculdade de Odontologia que o site da unidade oferece cursos da Fundecto: não há fronteira entre uma e outra, o que se repete fisicamente.

Dentro há um prédio ocupado pela fundação

O uso do patrimônio público por uma instituição privada marca fortemente a relação mantida entre a

Faculdade de Odontologia (FO) e a Fundecto, que é de integração quase total. Ambas mantêm um convênio que permite a essa fundação dita de apoio oferecer cursos pagos, ministrados por professores da USP, com “diploma USP”. Atualmente, a Fundecto oferece 103 cursos, mas, surpresa?, apenas 35 estão cadastrados pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

O professor Rodney Garcia, diretor da FO, informa que, do valor total arrecadado anualmente pela Fundecto, 5% são destinados à PRCEU; e 40% repassados aos professores ministrantes — destes, 10% são retidos pela FO. Ou seja, a Fundecto repassa à FO o valor mínimo possível estabelecido pela Resolução 5.456/08. Os 55% restantes da receita são recolhidos pela fundação, que os utiliza, segundo o professor Garcia, para cobrir as despesas com os cursos. De acordo com o setor financeiro da FO, em 2010 a Fundecto repassou R\$ 159.620 à faculdade e R\$ 128.924 à Reitoria.

O diretor afirma que o repasse recebido pela faculdade não é “fundamental” para seu funcionamento e sustenta que mais importante é o “auxílio indireto” proporcionado. Garcia destaca a concessão de bolsas para alunos de iniciação científica (29 em 2010), de auxílio ou de monitoria. A Fundecto financia também pesquisas de docentes e inscrições em congressos internacionais, para apresentação de trabalhos. Ainda segundo o professor Garcia, a fundação equipou a clínica odontológica da FO e contratou profissionais que prestam serviços à faculdade: um cirurgião-dentista

RECEITA TOTAL É DE R\$ 86,9 DA USP SÓ

A arrecadação total dos cursos pagos oferecidos na USP em 2010, com a anuência e conhecimento da Reitoria, alcançou a cifra de R\$ 86.985.000,00. Os recursos recolhidos pela Reitoria no Fundo Único de Promoção à Pesquisa, à Educação, à Cultura e à Extensão Universitária (Fuppeceu), referentes aos repasses devidos pelos organizadores como percentual da arrecadação, somam R\$ 6.109.040,55. Esses valores indicam tanto a dimensão industrial alcançada por essa atividade nos diversos *campi*, quanto o quinhão inexpressivo (7%) reservado à universidade.

“Para começar, responderei somente pelo que diz respeito à atual gestão”, declarou a professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, titular da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), ao receber a reportagem. Os MBAs, uma das principais fontes de renda das fundações ditas de apoio, e os demais cursos de extensão devem necessariamente passar pelas Comissões de Cultura e Extensão (CCEEx) das unidades, sendo aprovados depois no Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEx), após parecer da PRCEU.

Em maio de 2010, a PRCEU alterou as normas que regem os cursos, orientando o fluxo buro-

AL DE CURSOS PAGOS EM 2010 MILHÕES. MAS FUNDO DE PESQUISA RECEBE R\$ 6 MILHÕES (7%)

crático. Foi regularizada a cessão de bolsas, fixada em 10% das vagas nos cursos pagos. O órgão trabalha para disponibilizar no sistema Apolo dados atualizados, hoje ainda parciais.

Em 2010 foram aprovados e homologados 889 cursos, atendendo um total de 27.830 alunos, 60% dos quais com cobrança de taxas ou mensalidades. A maioria composta de cursos de difusão, com o total de 505, abrangendo 16.636 participantes. Os cursos de especialização, que incluem os MBAs, foram 146, com 8.923 alunos. Os cursos de difusão são considerados atividades de divulgação, ao passo que os de especialização e os demais são considerados formação profissional e educação continuada.

Maria Arminda informa que 10% a 15% dos cursos propostos pelas unidades são reprovados, e há integração de alguns cursos com as pesquisas realizadas na universidade. Até junho de 2011, havia 621 cursos realizados ou em realização, com 8.246 participantes e 3.360 vagas gratuitas, distribuídas para 630 docentes e 633 funcionários, números superados pela comunidade externa, 761, e por discentes, 898.

A imensa maioria dos cursos pagos tem como finalidade gerar renda para os docentes que neles atuam, vinculados ou não a fundações privadas “de apoio”.

Daniel Garcia



Professora Maria Arminda Arruda

Há exceções, porém. Na Faculdade de Saúde Pública (FSP), por exemplo, que oferece diversos cursos, principalmente na área de difusão, são cobradas matrículas em torno de R\$ 200, destinadas a cobrir custos de estadia, transporte, refeições e remuneração de professores externos. Docentes da USP não são remunerados. O professor aposentado José Maria Pacheco de Souza, da FSP e membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*, critica a oferta de cursos por entidades privadas: “As fundações não devem fazer este papel, elas exploram as faculdades. Se dizem de apoio, mas ocorre o contrário”. (GJ, JS e TB)

para atender aos servidores da unidade, profissionais para o Centro de Especialidades Odontológicas da FO e, inclusive, servidores técnico-administrativos!

A proximidade entre a instituição pública e sua contrafação privada é tão grande que o site da faculdade oferece cursos da Fundecto: a fronteira entre as duas instituições simplesmente desaparece, o que se repete fisicamente. Dentro da FO, há um prédio ocupado pela fundação, sem nenhum tipo de sinalização do que funciona no local. O diretor explica que anteriormente a Fundecto ministrava suas aulas no prédio da faculdade, mas depois construíram um edifício próprio, por cuja utilização a entidade privada nada paga.

Outra situação em que as duas instituições se misturam é na sobreposição de cargos, públicos e privados, praticada pelos docentes. Diversos chefes e vice-chefes de departamento da FO ocupam cargos de decisão na fundação ou coordenam seus cursos. É a situação, por exemplo, do professor João Batista de Paiva, ao mesmo tempo vice-chefe do Departamento de Ortodontia e Odontopediatria e presidente da Fundecto. Indagado se isso não caracteriza conflito de interesses, o diretor da FO negou: “Essa relação estreita existe no sentido da orientação acadêmica e é importante que isso exista para que a fundação não comece a voar sozinha por aí”.

O próprio professor Garcia participou da criação da Fundecto e já ocupou cargos de direção na entidade. Entretanto, considera que seria inapropriado sobrepor seu cargo atual a outro na fundação. Os ex-

diretores Dioracy Fonterrada Vieira, Edmir Matson e Carlos Eduardo de Paula ocuparam a presidência da fundação ao mesmo tempo em que dirigiam a faculdade.

O atual vice-diretor da faculdade, Rubens Côrte Real de Carvalho, também possui larga trajetória nos cargos de direção da entidade privada. Na Fundecto, integrou a diretoria por quatro gestões consecutivas, entre 2002 e 2010, sendo que nas duas últimas exerceu a presidência. Durante quase um ano, ele ocupou postos nas duas instituições, entre sua posse na faculdade e o fim de sua gestão na Fundecto. Carvalho acumula ainda mais um cargo, como membro do Conselho Federal de Odontologia (CFO), durante três gestões consecutivas entre 2003 e 2012. O CFO é responsável, por meio de sua regional paulista, pela regulamentação e credenciamento de cursos na área de odontologia. Como os oferecidos pela Fundecto.

As fundações, na Escola Politécnica, “têm um peso importante, pois é através delas que viabilizamos vários projetos de pesquisas acadêmicas e aplicadas”, sustenta o diretor José Roberto Cardoso

Na Escola Politécnica da USP, a presença de fundações está próxima de completar meio século. É hoje algo arraigado, visto de maneira



quase natural. As privadas FDTE, Vanzolini e FCTH pouco divulgam seus dados fiscais e sua relação com a USP. Segundo José Roberto Cardoso, diretor da

Politécnica, as fundações, na unidade, “têm um peso importante, pois é através delas que viabilizamos vários projetos de pesquisas acadêmicas e aplicadas”. Uma certa sensação de consenso se impõe na unidade, inclusive pela falta de diálogo sobre o tema, mas o diretor afirma que “isso nunca nos preocupou, na medida em que vários professores utilizam este recurso”.

Entre os estudantes, quase não há debates ou quem acompanhe a questão de forma detalhada. Assim é no Grêmio Politécnico e em alguns centros acadêmicos da Escola. No Departamento de Engenharia de Produção, o centro acadêmico (CAEP) recebe patrocínios da Fundação Vanzolini, que por sua vez



montou um laboratório didático usado em aulas do curso.

Para Marco Antonio Brinati, professor do Departamento de Engenharia Naval e Oceânica, a questão da legitimidade do uso de fundações na USP e, em particular, na Poli, não chega sequer a ser colocada para a maioria dos docentes. “No início da década passada, com a publicação de diversas matérias na *Revista Adusp* e a criação de um Grupo de Trabalho durante a gestão do reitor Adolpho Melfi, o tema ganhou evidência”.

Na avaliação de Brinati, naquele momento de efervescência dos debates “a posição favorável às fundações mostrou-se hegemônica e ficou documentada no relatório daquele GT”. O professor registra



Salas da Escola Politécnica ocupadas pela Fundação Vanzolini. Na placa externa, o nome da entidade foi apagado, mas deixou vestígios



cos e, mais tarde, houve a construção de um edifício próprio para o TPN, provido de instalações para ensaios com modelos físicos. Os convênios firmados pelo Departamento de Engenharia Naval com a Petrobras, bem como com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ainda hoje valem-se da Fusp.

que “distorções na vida acadêmica e conflitos de interesse decorrentes da interação universidade pública-entidade privada foram ignorados [no relatório do GT] em favor de um alegada e supervalorizada agilidade administrativa”.

O grupo minoritário do GT ainda publicaria um documento em separado (do qual Brinati foi um dos signatários), opondo-se à existência de convênios entre a universidade pública e as fundações de direito privado com o objetivo de realização das atividades-fim da universidade. Brinati relata que, em seu departamento, houve grande empenho para que convênios de pesquisa a serem estabelecidos com a Petrobras e outras empresas do setor fossem firmados diretamente com a USP, sem a interveniência de fundações.

“Em virtude de dificuldades no trâmite de tais convênios pelas instâncias da USP, a partir do fim da década de 1990, passou a haver a intermediação da Fusp [Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo]” nas parcerias. Com esse envolvimento da fundação, todo o dinheiro do projeto principiou a ser repassado à Fusp, de acordo com um cronograma. A entidade retirava um certo percentual, fazendo então o pagamento de todas as despesas associadas à execução do projeto, como aquisição de equipamentos, pagamento de bolsas e de docentes etc.

O convênio com a Petrobras garantiu a construção das instalações de um avançado Tanque de Provas Numérico (TPN) na unidade, em duas etapas. Na primeira, constituiu-se um laboratório de ensaios numéri-

A FDTE, de acordo com funcionários, está presente nos prédios da Engenharia Civil, da Engenharia de Produção e da Engenharia de Minas. Sua assessoria não deu retorno aos pedidos de contato da reportagem

No Departamento de Engenharia de Produção nasceu, já em 1967, a Fundação Carlos Alberto Vanzolini, hoje simplesmente Fundação Vanzolini.

É impossível saber onde começa um e termina a outra, uma vez que todos os professores do departamen-

to atuam na fundação. A entidade privada ainda ocupa nada menos do que uma dezena de salas no prédio da Engenharia de Produção, entre administrativas e de aula. Conta com uma sede externa na Avenida Paulista, onde alugou um andar inteiro para ministrar cursos sem relação com a universidade (e onde é realizado a maior parte do trabalho administrativo e gerencial). A unidade mantém informações sobre direção e conselho em seu site, mas não divulga seus balanços financeiros, teor dos contratos firmados com o governo (todos invariavelmente sem licitação), nem repasses à universidade. Em nota à reportagem, a Fundação Vanzolini comunicou que “todas as informações oficiais, referentes à Instituição, são encaminhadas regularmente ao Ministério Público do Estado de São Paulo e à Reitoria da Universidade de São Paulo”.

Segunda fundação privada gerada na Poli, em 1972, a FDTE, de acordo com funcionários, ainda está presente em três prédios da Politécnica, os que abrigam os departamentos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Minas. A fundação teria, ainda, assumido um nome-fantasia, “Inovata - Engenharia para Inovação”, que oferece cursos sob a bandeira “Poli Integra”. A FDTE atua por meio de consultorias em áreas como engenharia e gestão de qualidade (certificação ISO e outras), inclusive na área de educação, além de realizar cursos em diversas modalidades. Foi “concebida e estruturada como uma interface entre o ambiente acadêmico e o setor produtivo”, de acordo com o site da entidade. Sua assessoria



Professor Marco Antonino Brinati

ria não deu retorno aos pedidos de contato da reportagem.

A outra fundação que se relaciona com a unidade, a FCTH, foi criada em 1986 “com o duplo objetivo de revigorar o Centro de Tecnologia de Hidráulica (CTH), que havia sido criado 16 anos antes, e de fortalecer os trabalhos cooperativos que a Escola Politécnica e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), órgão do governo do Estado de São Paulo, realizavam desde 1957”, segundo o portal digital da unidade. O prédio da Engenharia Hidráulica abriga salas de projetos e modelos nos quais atuam funcionários da USP e da FCTH, e onde se localizam também as salas dos professores. No prédio da Engenharia Civil atende uma secretária contratada pela fundação. A FCTH conta, também, com um escritório em Pinheiros. Procurada pela reportagem, a professora Monica Ferreira do Amaral Porto não retornou aos pedidos de entrevista.

DE “FUNDA FIA REINV

A FIA iniciou em 2011 as aulas de sua primeira turma do curso de graduação em administração, na “Faculdade FIA de Administração e Negócios”. Com duração de quatro anos e 50 alunos por classe, o curso cobra mensalidade de R\$ 1.970. Para a primeira turma de alunos, foi necessário realizar um segundo vestibular para ocupar as vagas remanescentes. No vestibular para a turma do segundo semestre, foram preenchidas 38 vagas.

O anúncio da criação do curso foi feito no final de 2010 e causou grande incômodo aos alunos de Administração da FEA, unidade a quem um dia a FIA afirmara apoiar. Os estudantes viram a possibilidade de seu curso ser enfraquecido. Para acalmar os ânimos o professor James Wright, docente da FEA e coordenador de cursos da FIA, afirmou que os professores da USP não lecionariam na nova faculdade.

Até janeiro de 2011, o próprio Wright ocupava o posto de diretor-geral da “Faculdade FIA”. Outro docente da FEA que também esteve envolvido é o professor João Maurício Gama Boaventura, que por um

ÇÃO DE APOIO” A “INSTITUIÇÃO DE ENSINO”, ENTA-SE, COM A CUMPLICIDADE DA REITORIA

período foi coordenador do curso de graduação da faculdade ligada à entidade. Em conversa com a *Revista Adusp*, o professor Boaventura declarou não acreditar que sua participação na graduação da FIA poderia atrapalhar seu trabalho na FEA. O docente destacou que está sob o regime de turno completo (RTC), o que lhe permite exercer atividades em outras instituições educacionais. Sobre sua saída, Boaventura afirmou que “era chegada a hora de um outro colega também dar sua contribuição na função de coordenador” e ressaltou que “há na FIA um amplo corpo de professores, ou seja, a FIA não carece de minha capacitação profissional”.

Apesar de o curso ter sido anunciado apenas em 2010, ele está credenciado junto ao Ministério da Educação desde 2007. A “Faculdade FIA”, por seu turno, foi credenciada em 2000 (Portaria MEC nº 750, de 26/5/2000, publicada no *Diário Oficial da União*, Seção I, de 30/5/2000), mas permaneceu incubada por vários anos. A razão disso certamente foi o revés sofrido por sua congênere Fipecafi, em 2001, ao tentar lançar uma graduação paga em Atuária, na sua sede do lado de fora do campus, por intermédio de uma instituição

de nome semelhante ao adotado pela FIA: a “Faculdade Brasileira de Gestão e Negócios” (*Informativo Adusp* 317).

Na época, a Fipecafi teve de recuar, pois até a então pró-reitora de Graduação, Ada Grinover, veio a público para classificar o caso como “conflito de interesses”. A pedido da própria Fipecafi, a “Faculdade Brasileira de Gestão e Negócios” foi descredenciada e o curso privado de Atuária não se concretizou (*Informativo Adusp*, edições 199 e 204).

Um “Comunicado da FIA”, lançado em novembro de 2010 com o intuito de aplacar a inquietação dos alunos do curso de Administração da FEA, explica os verdadeiros motivos do surgimento da “Faculdade FIA”: dar cobertura legal aos cursos *lato sensu* oferecidos pela fundação privada, depois que a condição de “Instituição Especialmente Credenciada pelo MEC (IEC)”, concedida a algumas fundações privadas ditas de apoio à USP para oferecer tais cursos, passou a ser contestada no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Desse modo, o “Comunicado da FIA”, após aludir aos interesses privados com representação no CNE incomodados com a con-

corrência exercida pelas fundações, assume a manobra realizada como indispensável para manter a oferta dos cursos pagos: “diante de propostas específicas de grupos de interesse no sentido de extinguir as IECs, acolhidas no MEC, tornou-se indispensável para a sua continuidade a FIA assumir a responsabilidade de manter um curso de Graduação, e ela tornou-se uma IES-Instituição de Ensino Superior”.

Procurada pela equipe da *Revista Adusp*, a Reitoria da USP não se manifestou sobre o assunto. O professor Adalberto Fischmann, membro do Conselho Curador da FIA, afirmou ao *Jornal do Campus* (edição 375, novembro de 2010), porém, que o atual reitor teria aplaudido a iniciativa de criação da “Faculdade FIA”. Não houve desmentido. Em agosto de 2001, noticiou-se que a Fipecafi, ao que parece animada com o êxito da nova empreitada da entidade co-irmã, retomou seu antigo projeto, agora na forma de um bacharelado em Ciências Contábeis: “o processo de credenciamento da Fipecafi como faculdade está em fase final de tramitação no Conselho Nacional de Educação”, informou o jornal *O Estado de S. Paulo* (25/8/2011).